



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO À DISTÂNCIA EM
EDUCAÇÃO ESPECIAL – DÉFICIT COGNITIVO E
EDUCAÇÃO DE SURDOS.**

**INCLUSÃO EDUCACIONAL: CAMINHOS TRILHADOS PARA
O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO**

Autora: Liza Rênia de Azevedo Braga

Orientadora: Prof^a. Dr.^a Soraia Napoleão Freitas

Lagamar, MG, Brasil

2010

INCLUSÃO EDUCACIONAL: CAMINHOS TRILHADOS PARA O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO

por

Liza Rênia de Azevedo Braga

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação à distância em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria - como requisito final para obtenção do Título de Especialista em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos.

Orientadora: Soraia Napoleão Freitas

Lagamar, MG, Brasil

2010

**Universidade Federal de Santa Maria
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Curso de Pós-Graduação à distância em Educação Especial –
Déficit Cognitivo e Educação de Surdos.**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia

**INCLUSÃO EDUCACIONAL: CAMINHOS TRILHADOS PARA
O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO**

elaborada por

LIZA RÊNIA DE AZEVEDO BRAGA

como requisito final para obtenção do Título de Especialista em
Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof^a. Dr.^aSoraia Napoleão Freitas
(Orientadora)

Prof^a Míriam de Oliveira Maciel

Prof^a Letícia Fleig Dal Forno

Lagamar, MG, Brasil

2010

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	06
2 CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO	07
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	08
3.1 Representações sociais sobre o sujeito com necessidades especiais ao longo da história e sua trajetória de escolarização na realidade brasileira.....	08
3.2 Educar na diversidade: a inclusão como um desafio para a educação especial.....	14
3.2.1 Caracterização dos sujeitos que constituem o alvo da Educação Especial diante da perspectiva da Educação Inclusiva.....	16
3.2.1.1 Síndrome de Down	17
2.2.1.2 Deficientes visual	18
2.2.1.3 Deficientes físicos	20
2.2.1.4 Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH)	20
3.3 Educação Inclusiva: Formação de Professores e prática docente.....	21
3.4 Transformação dos sistemas educacionais.....	24
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
5 REFERÊNCIAS	27

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

INCLUSÃO EDUCACIONAL: CAMINHOS TRILHADOS PARA O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO

Autora: Liza Rênia de Azevedo Braga
Orientadora: Soraia Napoleão Freitas
Lagamar – MG – Brasil

RESUMO

A temática da Inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais nos mais diversos segmentos sociais tem sido amplamente discutida nas últimas décadas e, como assunto de grande relevância, continua sendo uma área de muitos debates e pesquisas. Diante da temática da Inclusão Educacional e da necessidade de que as instituições educativas estejam preparadas para realmente incluir atendendo a diversidade, a presente pesquisa objetiva estudar sobre o processo de escolarização e de Inclusão social dos alunos com necessidades educacionais especiais. Com tal objetivo geral, serão enfocados estudos específicos sobre o histórico do processo de Inclusão educacional e as diversidades que caracterizam as necessidades educacionais especiais, propondo reflexões sobre a formação docente e ainda sobre a necessidade de transformação das instituições educativas para implementação da Inclusão. O trabalho foi realizado mediante a pesquisa bibliográfica, trazendo a tona, autores diversos que com suas contribuições referendam a pesquisa. A inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais é atualmente um desafio, tendo em vista ser este, um processo lento e que necessita do envolvimento e responsabilidade de toda a sociedade.

Palavras-chave: Inclusão educacional; Processo de Escolarização; Alunos com Necessidades Educacionais especiais; Formação de professores; Instituições Educativas.

ABSTRACT

The issue of inclusion of people with special educational needs in various social sectors has been widely discussed in recent decades and, as a matter of great importance, remains an area of much debate and research. The before theme of the educational Inclusion and with educative institution are prepared for really inclusion, attending the diversity, the present study objective about the process of school and the social inclusion of the people with special educational. With of objective going to are hang studies about history of the Inclusion process and diversities with characterized the special educational needs, proposing reflections about the docent form and for transformation the school for implementation the Inclusion. The work realized before bibliography investigation with diverse authors that reverend the investigation. The inclusion of people with special educational needs is currently a challenge because it is a slow process and requires the involvement and responsibility of the whole society.

KEYWORD: Iclusion of education. Study process's. Study with special educational needs, Teacher Training's, Educative Institution.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A história da humanidade revela desde a antiguidade, a existência de pessoas com necessidades educacionais especiais, trazendo à tona as dificuldades e desafios encontrados diante do contexto social e em relação ao processo de escolarização. Contudo, para consolidação da Inclusão, de forma específica, no processo de escolarização, muitos desafios se fizeram e ainda se fazem intensos, tendo em vista a dificuldade dos professores e das instituições educativas de atenderem as especificidades inerentes às necessidades de aprendizagem dos alunos da Educação Especial, promovendo a interação e o respeito às diferenças.

Alicerçado em tais considerações, diante da temática da Inclusão Educacional, o presente artigo, intitulado de “Inclusão Educacional: caminhos trilhados para o processo de escolarização” objetiva investigar o processo de escolarização e Inclusão social dos alunos com necessidades educacionais especiais, expondo considerações acerca das distintas características que compõe tais necessidades. Os temas discutidos visam melhor compreender sobre a forma como a sociedade vivencia a problemática das necessidades especiais em seu histórico e atualmente. Além disso, busca-se refletir sobre as legislações que dão suporte para a Inclusão e ainda sobre o desafio da formação de professores e da adequação das instituições educativas diante da perspectiva da educação inclusiva.

Mediante os objetivos expostos, o estudo foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica, visando uma compreensão mais aprofundada da temática da Inclusão; do processo de escolarização para a prática inclusiva; da diversidade que caracteriza as necessidades educacionais especiais; e da formação de professores, dentre outros.

Diante da utilização do vasto referencial teórico esse estudo tem sua pertinência por possibilitar a reflexão acerca da importância da Inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais no processo ensino e aprendizagem, levando-se em conta a diversidade que compõe esse processo e a falta de preparo das instituições educativas e do educador para receber este aluno. Espera-se com esta pesquisa, contribuir com considerações sobre o percurso histórico trilhado pela escolarização dos alunos com necessidades educacionais especiais, repensando a importância de que a diversidade seja atendida e que os professores e instituições educacionais estejam preparados para isso.

2 CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO

Entendendo a importância de discussões voltadas para a Inclusão no cenário atual, e diante da abrangência assumida pelas contribuições de teóricos diversos, esse estudo se fundamenta na pesquisa bibliográfica. Segundo Salvador (1982) esta pesquisa refere-se tanto a pesquisa feita em documentos escritos quanto em estudos exploratórios, uma vez que recorre à literatura corrente e a obras de autores modernos.

Diante da utilização dessa modalidade de pesquisa, o presente trabalho enfocará inicialmente discussões históricas sobre os caminhos trilhados até a Educação Inclusiva: as representações sociais sobre as pessoas com necessidades especiais ao longo do tempo e seu processo de escolarização, evidenciando práticas sociais e educativas excludentes e desafios ainda vigentes. Posteriormente, fundamentado em autores de referência, a pesquisa contará com exposições sobre diferentes necessidades educacionais que chegam às salas de aula, sendo expostas características de portadores de Síndrome de Down, Deficiência visual, Deficiência física, Portadores de Transtorno de Déficit de atenção e Hiperatividade, pensando em intervenções pedagógicas específicas para que a diversidade possa ser atendida. Por fim, diante da necessidade de se educar para a diversidade, serão enfocadas considerações sobre a importância da formação de professores para uma prática docente inclusiva e ainda a necessidade de transformação das instituições de ensino para consolidação da Inclusão.

Para realização do caminho da investigação ora exposto, como fontes de pesquisa, são utilizados autores renomados como Lourenzetto (2010), Silva (2005), Foucault (1987), Santos, (2001), Vigotsky (1988), Werneck (1995), Mantoan (2006), dentre outros, além de documentos como a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1997), dentre outros, sendo para tal, tomados como suportes livros, documentos e artigos retirados da internet.

Tendo em mente um relevante arcabouço teórico, a pesquisa apresenta contribuições acerca da necessidade da efetivação da Inclusão no processo de escolarização, devendo estar, as instituições educativas e seus educadores, preparados para atenderem a diversidade

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Representações sociais sobre o sujeito com necessidades especiais ao longo da história e sua trajetória de escolarização na realidade brasileira

A educação ao longo da história tem suas ações condicionadas por diversos contextos e pelas necessidades vigentes. De acordo com Manacorda (1997), desde o antigo Egito a educação não tem como foco principal a formação e o desenvolvimento da criança, mas a manutenção da sociedade. Nesse sentido, cada sociedade busca, desde os primórdios, uma forma de educar suas crianças para a sociedade na qual vivem.

Entendendo a extrema relação entre a educação e a sociedade, pode-se refletir sobre a forma como o sujeito com necessidades especiais¹ tem sido percebido ao longo do tempo. Nesse sentido - tomando os deficientes como um grupo característico da Educação especial - observa-se que na história da humanidade, estes sempre foram alvos de comportamentos contraditórios e de exclusão, pois se olhava apenas para a incapacidade física e para sua anormalidade. Em consonância, na antiguidade a atitude comum era o abandono e a morte das crianças que nasciam com alguma diferença. Desta maneira tem-se referência à Idade antiga, em que estas pessoas eram mortas, abandonadas ou crucificadas. De maneira mais específica, em relação aos povos atenienses, têm-se relatos de que “[...] o próprio pai tinha o encargo de matar o filho ou abandoná-lo em algum local.” (CORREA, apud FREITAS, 2008, p.60) A deficiência nesse contexto era vista por muitas sociedades como castigo dos deuses. Em Esparta, as crianças que nasciam com deficiência física eram mortas logo após o nascimento. Na Roma antiga, a lei permitia que os próprios pais matassem seus filhos que apresentassem deficiências físicas ou mentais. “Era considerado normal o infanticídio, quando se observavam anormalidades nas crianças.” (SILVA, 2005, p. 41) Portanto as pessoas com deficiência física e mental, eram em sua maioria, abandonadas. Essas eram

¹ Segundo a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, (2008) o público – alvo da Educação Especial é constituído por alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, tendo ainda alunos com transtornos funcionais específicos que, articulado ao ensino comum, necessitam também de atendimento a suas necessidades educacionais especiais.

atitudes sociais comuns, apoiadas por leis e pela cultura daquelas sociedades. Os que sobreviviam ora eram acolhidos pela igreja ora trabalhavam em circos ou como bobos da corte.

Diante de um contexto social excludente em Atenas, a educação era voltada à formação de cidadãos cultos e capazes de ver e apreciar o belo e os prazeres da vida. Em Roma, a educação tinha como objetivo a formação de homens para a vida militar, o que excluía da educação, as pessoas com alguma deficiência.

Durkheim (1972), afirma que na Idade Média a educação cristã prevalecia sobre as demais. Nesse sentido, a partir da Idade Média, por influência do cristianismo, a forma de tratamento das pessoas com necessidades educacionais especiais passou a variar entre as concepções de castigo ou caridade de acordo com o meio sócio-cultural no qual estavam inseridas, sendo que, segundo Silva (2005) muitos ainda continuavam escondidos ou eram sacrificados.

De acordo com Lourenzetto (2010), a partir do século XVI inicia-se uma nova forma de pensar a deficiência, que desde a antiguidade era vista como tendo causas espirituais e não orgânicas. Uma vez sendo vista como tendo causas naturais, passou a ser tratada pela medicina da época: alquimia, astrologia e magia, dentre outros. Com o avanço da medicina, novas formas de tratar e cuidar das pessoas com necessidades especiais foram surgindo. Por sua vez, por volta do século XVII, são criados os hospitais gerais, uma espécie de asilo e hospital onde eram feitos tratamentos e estudos. Contudo apesar de tais locais tratarem muitos deficientes, velhos e doentes, o contexto continuou ilustrando uma realidade de exclusão e de abandono. Segundo Foucault (1987), até o século XVIII os cuidados médicos se davam para as classes de maior posse e os pobres continuavam sem cuidados e tratamento.

Dos séculos XVII ao XIX começam surgir os atendimentos especializados, principalmente para pessoas mutiladas em guerras, cegas e surdas. Por sua vez a partir do século XVIII grandes instituições especializadas em pessoas com necessidades especiais são criadas. Nesse período surgiram vários inventos que deram a elas, meios de locomoção tais como bengalas, muletas, cadeira de rodas, próteses e outros. Também surgiu neste período o código Braille, que proporcionou as pessoas com necessidades visuais a oportunidade de se integrar no mundo da linguagem escrita. Silva (2005) acrescenta que é neste contexto que muitos países

organizam grupos de estudo com o objetivo de pesquisar as necessidades especiais em suas especificidades.

Pensando na extrema relação entre as representações sociais e as práticas educativas, pode-se refletir acerca do processo de escolarização dos sujeitos com necessidades educacionais especiais no cenário educacional brasileiro. Desta maneira, no Brasil, a história da educação e o cuidado com as pessoas com necessidades educacionais especiais tiveram um apoio relevante da igreja. Entretanto, a fase de negligência e omissão se estende até a década de 50, uma vez que, segundo Mendes (1995), eram poucos os estudos sobre as necessidades especiais, e estavam restritos aos meios acadêmicos. É importante ressaltar que de acordo com Bueno (1993), já havia no Brasil, desde o século XIX a educação especial para surdos-mudos² realizado pelo Instituto dos Meninos cegos, hoje Instituto Benjamim Constant, um dos marcos fundamentais da educação especial brasileira. Entretanto esta representou apenas uma ação isolada, pois a quantidade de alunos atendidos era irrelevante levando-se em conta o número de pessoas com a mesma deficiência no período.

O modelo de escola ainda vigente surgiu na Idade Média. A partir do século XVII, começam a surgir as primeiras escolas técnico-profissionais e as primeiras escolas para leigos, que era de direito apenas dos cléricos. Apenas com a Revolução Industrial houve modificações importantes no modelo educacional e o surgimento da moderna instituição escolar. Segundo Manacorda (1997), neste contexto, surge a preocupação com a instrução pública como forma de dar a todos o direito à igualdade entre os cidadãos, embora a proposta ainda fosse seletiva uma vez que apenas os melhores teriam direito a dar continuidade aos estudos. As crianças dos sete aos dez anos tinham direito de estudar. Contudo só passariam para o ensino secundário os melhores.

Até pouco tempo atrás, as escolas públicas só recebiam alunos considerados normais e inteligentes. Ao tornar a educação gratuita e para todos, as crianças que apresentavam dificuldades de aprendizagem ou apresentavam-se diferentes das demais eram, em sua maioria, recusadas pela escola. Assim surgiram as escolas de educação especial, que passaram a receber todos aqueles jovens e crianças que não tinham acesso ao ensino regular. Estas instituições de ensino criaram um

² Cabe ressaltar que antigamente os sujeitos com surdez eram chamados de surdos-mudos. Contudo, atualmente a nomenclatura correta é a de surdos.

currículo específico que se tornou cada vez mais diferente do conteúdo ensinado na escola regular, fortalecendo assim a segregação e o preconceito. Embora com poucos alunos em sala de aula, com atendimento especializado e cuidados específicos, as escolas especiais não priorizavam a educação escolar como direito de todos. Centrado nas peculiaridades de cada aluno, o atendimento tornou-se mais clínico e assistencial e o fundamental da prática pedagógica ficou esquecido. Diante desse contexto, com muita luta, as pessoas com necessidades especiais e suas famílias se organizaram e exigiram seus direitos. A luta pela Inclusão social e pelo respeito à diversidade, nesse sentido, vem crescendo em todo o mundo, assim como cresce a luta por uma educação sem discriminação.

Por sua vez, Lourenzetto (2010), em 1948, é criada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento em que são enumerados todos os direitos que todo ser humano passa a ter a partir desta data, sendo o mesmo, fundamentado pelos ideais de liberdade, justiça e de paz, vindo assegurar que todo ser humano tem direito à instrução, cuidado e proteção, sendo considerados iguais perante a lei, sem qualquer distinção. Na seqüência, uma série de documentos internacionais³ tem norteado ações e políticas públicas inclusivas, no Brasil.

Para Lourenzetto (2010), a Educação Especial no Brasil apareceu pela primeira vez na década de 60, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 4.024/61, que prevê a educação para alunos com necessidades educacionais especiais no sistema geral de educação, dentro das possibilidades. Perante a Lei 5.692/71, por sua vez, os alunos que apresentassem deficiências físicas ou mentais e os superdotados, deveriam receber tratamento especializado. Nesse período, surgem “escolas especiais, centros de reabilitação, centros de habilitação, oficinas protegidas de trabalho, clubes sociais especiais e associações desportivas especiais” (SANTOS, 2001, p.17).

Diante desse processo de implementação da Inclusão, somente a partir do século XX é que as pessoas com necessidades educacionais especiais passaram a ser vistas como cidadãos com direitos e deveres de participação na sociedade. Nesse sentido, a sociedade passa a se organizar coletivamente para minimizar os problemas e melhorar o atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais. Ao encontro dessas ações, com a promulgação da Constituição Federal

³ Entre estes documentos estão o Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes (1982), Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Jotiem, 1990) e Declaração de Salamanca (1994).

de 1988, é que o modelo assistencialista foi realmente rompido, e as pessoas com necessidades educacionais especiais passaram a ter o direito de Inclusão social profissional, sendo garantido também, o direito à dignidade e igualdade. A sociedade se organizou coletivamente para buscar melhor educação e mais qualidade de vida para as pessoas com alguma necessidade especial. Silva acrescenta que, na verdade:

O movimento de inclusão começou por volta de 1985, nos países mais desenvolvidos, tomou impulso na década de 90, naqueles em desenvolvimento e vai se desenvolver fortemente nos primeiros dez anos do século XXI, envolvendo todos os países. (SASSAKI apud SILVA, 2005, p. 43).

Nesse sentido, a partir da segunda metade do século XX, iniciou-se o paradigma da Inclusão, numa busca cada vez mais intensa por direitos humanos e reconhecimentos de direitos específicos. Deficiências e pessoas com necessidades educacionais especiais se tornaram objeto de estudo de várias ciências, dentre elas a Pedagogia, Psicologia, Terapias Ocupacionais e outras, que contribuíram muito para melhorar a qualidade do atendimento às pessoas com necessidades específicas. Em consonância houve a busca pela aprovação de leis e decretos, voltados às pessoas com necessidades educacionais especiais, configurando-se a consolidação da Inclusão de forma lenta, mas marcado por muitas conquistas.

Embasada na Declaração de Salamanca de 1994, a educação inclusiva brasileira busca, de acordo com suas diretrizes, incluir alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares, por ser considerado um dos meios mais eficazes de se combater a discriminação. O documento salienta a importância de a educação adequar-se à criança, independentemente se esta necessita ou não de atendimento especial, para que todas as crianças possam aprender juntas. Nesse sentido, é o sistema educativo que precisa adaptar-se à singularidade de cada aluno e não o aluno ao atual sistema educativo. A Declaração de Salamanca (Brasil, 1997) constitui-se o primeiro documento internacional que aborda de forma extensa e específica o conceito de Inclusão, provocando mudanças na realidade brasileira.

Segundo a filosofia proposta pela Inclusão, todas as crianças e jovens em idade escolar devem ser freqüentes na escola, garantindo o acesso e a permanência do aluno com necessidades educacionais específicas em salas de aulas comuns.

Para isso, a escola precisa adequar-se para oferecer ensino com qualidade, suporte humano e físico para que este aluno possa aprender em igualdade de condições. Desta maneira, a educação inclusiva busca atender as necessidades e especificidades de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas e outras

A inclusão escolar insere como iguais todas as pessoas que ao longo da história foram segregadas e discriminadas em determinado ambiente no qual pertenciam somente às pessoas consideradas normais pelo senso comum. Promovendo mudanças visíveis, de acordo com Dutra (2005), atualmente alguns avanços podem ser observados no Censo Escolar de acordo com dados do INEP/2004. Dessa maneira, entre 2002 e 2004 aumentaram o número e matrículas de alunos da Educação Especial em classes comuns. Tais dados condizem com a legislação que versa sobre o processo de escolarização dos alunos com necessidades especiais. Nesse sentido tem-se a Resolução 17 de 2001.

Após a educação infantil – ou seja, a partir dos sete anos de idade – a escolarização do aluno que apresenta necessidades educacionais especiais deve processar-se nos mesmos níveis, etapas e modalidades de educação e ensino que os demais educandos, ou seja, no ensino fundamental, no ensino médio, na educação profissional, na educação de jovens e adultos e na educação superior. Essa educação é suplementada e complementada quando se utilizam os serviços de apoio pedagógico especializado. (BRASIL, 2001, p. 326)

O desafio ainda constitui-se como grande, mas o propósito é maior: a implementação de escolas que valorizem as diferenças no processo ensino e aprendizagem, criando oportunidades iguais de participação e de aprendizagem.

Com base nas considerações expostas, tem-se um caminho trilhado para educação inclusiva, em um processo de construção que conta com cada escola, cada município e cada governo, de maneira que o sistema de educação se organize para oferecer educação com qualidade.

De acordo com Paula (2006), atualmente a educação inclusiva é tema de discussão em diferentes contextos e espaços sociais. A política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que versa sobre a Inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais tem direcionado diversas ações no sentido de proporcionar a participação efetiva de todas as

peçoas, indistintamente, em todas as atividades propostas pela escola regular, proporcionando verdadeiramente, igualdade de oportunidades a todos.

3.2 Educar na diversidade: a Inclusão como um desafio para a educação especial

Tendo em mente a exposição das representações sobre os sujeitos com necessidades especiais ao longo da história e o processo de escolarização pelo qual os mesmos passaram até chegar à perspectiva da Inclusão, é possível tecer considerações acerca da filosofia da escola inclusiva, diante da necessidade de se educar para a diversidade. Nesse sentido, apreender o papel e a função social da escola na atualidade não é uma tarefa fácil. Perceber as expectativas da sociedade e a distância entre essas expectativas e sua função real é um grande desafio.

De acordo com Vygotsky (1988), os sujeitos, ao interagirem entre si internalizam e se apropriam de conhecimentos, regras e funções sociais, e através daí acontece a formação do indivíduo. Silva (2005, p.12) complementa afirmando que “o sujeito nasce com a possibilidade de ser, mas só se concretizará quando entrar em contato e interagir com semelhante”. De acordo com vários teóricos a aprendizagem se dá pela interação, através do interesse e da motivação. Referendando tais assertivas, Piaget afirma que:

As construções intelectuais têm dois aspectos indissociáveis, afetivo e cognitivo. Enquanto o primeiro fornece condições internas de motivação para o desenrolar das ações, o segundo refere-se aos mecanismos de raciocínio, que possibilitam uma compreensão do que acontece nessas ações”. (PIAGET, 1978, p. 45).

Segundo Vygotsky (1988), a evolução intelectual é caracterizada por saltos qualitativos de um nível de conhecimento para outro, e neste âmbito cada criança tem um ritmo próprio de desenvolvimento e de aprendizagem. Nesse sentido, se a criança necessita de diversidade na forma de aprender, também deve haver uma diversidade na forma de ensinar.

Diante das exposições acima, segundo as quais cada criança tem uma forma de aprender, é que se pode pensar no papel das escolas e dos professores. Diante da necessidade de Inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, pode-se afirmar que cabe à escola incluir estes alunos em consonância com as

potencialidades e capacidades possíveis de serem desenvolvidas, levando-se em conta que o sujeito influencia o meio no qual vive e que o meio, por outro lado, influencia seu processo de desenvolvimento e aprendizagem. (SILVA, 2010).

O aluno que apresenta necessidades educacionais especiais⁴, em comparação com alunos da sua idade, tem, em sua maioria, significativa dificuldade em aprender, ou apresenta problemas de ordem física, emocional, sensorial ou social, exigindo um currículo especial ou um processo de ensino e aprendizagem adaptado por curto ou longo período de tempo. De maneira geral, quem não apresenta um desempenho satisfatório em sala de aula tende a se retrair, aumentando ainda mais os bloqueios emocionais e a timidez, interferindo diretamente na conquista de aprendizagens significativas.

[...] muitas pessoas com deficiências físicas, visuais e também surdas não apresentam déficits cognitivos. No entanto, [...] necessitam de estratégias de ação específicas no processo de escolarização, para viabilizar suas aprendizagens. Há necessidade de considerar suas particularidades e diversidades na aquisição do conhecimento. (SILVA, 2004, p. 177).

Com base no exposto, conhecer o aluno constitui o primeiro passo para Inclusão, tendo este, uma necessidade especial ou não. Silva (2004) ressalta ainda ser importante para a criança ter clareza de que o professor compreende suas dificuldades e que pode contar com ele. Além da compreensão, a criança precisa se sentir segura para que se sinta acolhida. Em consonância a escola, de uma maneira geral, deve reconhecer e responder às diversas dificuldades apresentadas pelos alunos de forma a assegurar uma educação de qualidade. Neste tópico é importante ressaltar a organização dos currículos, as estratégias de ensino, os recursos utilizados e a participação da comunidade. Nesse sentido, a escola deve se atualizar e reestruturar seu currículo e a temática em sua formação continuada, incluindo a formação específica de professores para a educação especial. Ao adequar suas ações pedagógicas à diversidade entendendo esta ação como uma exigência atual, a escola prepara-se e efetiva um ensino de melhor qualidade para todos.

Nesse contexto, a educação inclusiva é uma prática inovadora a qual exige que a escola se modernize e que os professores aperfeiçoem cada vez mais suas

⁴ De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, “alunos com necessidades educacionais especiais são aqueles que manifestam comportamentos particulares que impeçam os encaminhamentos rotineiros das práticas pedagógicas em sala de aula” (SILVA, 2003, p. 07).

práticas pedagógicas, visto que a Inclusão “é um processo inacabado que ainda precisa ser frequentemente revisado.” (SILVA, 2003, p. 22). Dessa maneira, a importância da Inclusão educacional está principalmente norteadada pelos princípios de igualdade e de justiça.

Nesta busca da educação para todos, as crianças que possuem alguma necessidade educacional especial, na visão de Mantoan (2003), terão que se integrar e participar obrigatoriamente da dinâmica escolar, dinâmica que compreende o ambiente de aprendizagem e a integração entre todos os alunos e educadores. Neste contexto, é importante que cada educador conheça os tipos de necessidades especiais mais comuns, reconhecendo suas características; conhecendo ainda as dificuldades, potencialidades e necessidades de seus alunos para então, buscar alternativas que visem à superação e conquistas de aprendizagem efetivas diante dos limites e das possibilidades vigentes.

3.2.1 Caracterização dos sujeitos que constituem o alvo da Educação Especial diante da perspectiva da Educação Inclusiva.

Diante da perspectiva da Educação Inclusiva e da necessidade prioritária de se educar na e para a diversidade, faz-se importante compreender qual é o público-alvo da educação especial pensando algumas considerações acerca dos alunos que se caracterizam como alunos com necessidades educacionais especiais. Nesse sentido, tem-se como referência básica o documento de 2008 que institui a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Diante de tal documento:

[...] a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos. (BRASIL, 2008, p.14)

De forma específica e tendo como suporte a legislação acima exposta, dentre o sub grupo das deficiências estão os alunos que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas

barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade.

Por sua vez, caracterizando o subgrupo dos transtornos globais do desenvolvimento estão os alunos que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil.

Caracterizam por fim, alunos com altas habilidades/superdotação

[...] aqueles que demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, apresentando também elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. (BRASIL, 2008, p. 14)

Como foi focado acima, além dos subgrupos apresentados, as necessidades educacionais especiais são caracterizadas pelos transtornos funcionais específicos, subgrupo composto por transtornos como: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros.

Diante das exposições sobre os grupos que caracterizam o público-alvo atendido pela educação especial na perspectiva da Inclusão, são apresentadas em seguida, considerações sobre algumas necessidades educacionais recorrentes na escola, fazendo estas, parte do grupo das deficiências e dos transtornos funcionais específicos. Considera-se diante das considerações, a importância de que cada necessidade educacional seja conhecida em sua individualidade para que então, intervenções pedagógicas promissoras possam ser realizadas.

3.2.1.1 Síndrome de Down

Uma das necessidades especiais que caracterizam as pessoas que chegam as instituições educativas é a Síndrome de Down. Nesse sentido, o desenvolvimento da criança com Síndrome de Down é bastante semelhante ao de crianças sem a síndrome, sendo apenas em um ritmo mais lento⁵. Dessa maneira a criança com

⁵ Ressalta-se que o nível de desenvolvimento da criança com Síndrome de Down vai variar de acordo com o nível e tipo da Síndrome.

Síndrome de down, via de regra, demora mais tempo a adquirir determinadas habilidades, mas podem paulatinamente, conforme já comprovado, alcançar estágios mais avançados de raciocínio e de desenvolvimento. O desenvolvimento cognitivo é não somente mais lento, mas também se processa de forma diferente. A criança demora mais tempo para aprender a ler, escrever e fazer contas. Por isso é de extrema importância que as instituições que oferecem ensino regular estejam preparadas para receber tais crianças, conhecendo seu processo de desenvolvimento e de aprendizagem.

Para Werneck (1995, p. 161), “[...] o importante é abrir novas perspectivas educativas as pessoas com deficiência mental, incluindo a síndrome de Down”. Ressalta-se que até pouco tempo atrás, seria considerado absurdo o fato de uma criança com síndrome de Down ser atendida no sistema regular de ensino. Atualmente já se tem a presença de alunos com síndrome que freqüentam a escola de ensino regular, sendo, em muitos casos, bem recebido pelos colegas.

O currículo dos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser o mais próximo possível do ensino regular, de forma a facilitar a movimentação do aluno de um nível de integração para outro. Nesse sentido, qualquer método pode ser eficiente, “[...] atendendo as diferenças individuais dos alunos quanto à capacidade, interesse e experiência de vida e o nível de prontidão de cada aluno” (WERNECK, 1995, p. 169).

De acordo com Mantoan (2006), uma proposta educacional inclusiva envolve instituições educacionais humanistas, cujos professores também possuam um perfil que condiz com esta realidade. A formação continuada desses profissionais, nesse sentido, promove a fusão entre educação continuada e educação regular nos sistemas escolares. Para a criança com deficiência ou não, diante da perspectiva da Inclusão, a escola abre as portas para um mundo novo. Com o convívio com a escola, a criança com síndrome de Down mergulha num processo de crescimento e desenvolvimento. Como ressalta Paulo Freire (1988, p. 32), “a educação autêntica, repetamos, não se faz de 'A para B', ou de 'A sobre B', mas de 'A com B', mediatizados pelo mundo”. Dessa maneira faz-se importante uma educação pela interação de todos e para promoção de aprendizagens significativas.

Pensando no alunado com Síndrome de Down, observa-se que muitos avanços se têm alcançados rumo a Inclusão, sendo um processo árduo e paulatino,

uma vez que em muitas realidades, já se tem a presença desses alunos no ensino regular, necessitando ainda de maior abrangência de tais ações.

3.2.1.2 Deficiência visual

A deficiência visual por si, somente acarreta grande perda de informações sobre o meio, prejudicando a participação plena do indivíduo nos diversos segmentos sociais. A redução ou privação total da visão tem reflexos em todos os contextos e aspectos da vida pessoal e funcional da pessoa, que por motivos diversos possui esta limitação. Entretanto a deficiência visual limita, mas não impede a pessoa de ter um processo de desenvolvimento educacional e pessoal efetivo.

Em consonância, os deficientes visuais, como quaisquer outros seres humanos e de forma bem natural se diferem também nas suas possibilidades, capacidades e habilidades. Diante da ausência parcial ou total da visão, a forma de aprender no mundo e com o mundo são bem flexíveis. A inclusão educacional, neste sentido, deve ser, como nas palavras de Sasaki (1998, p. 8), “[...] uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade”.

O atendimento aos deficientes visuais depende de alguns fatores, como o grau e o tipo de deficiência, a idade em que o aluno fez o seu ingresso no sistema educacional, o nível ou a modalidade de ensino, a disponibilidade de recursos educativos da comunidade e a própria condição econômica, social ou cultural do educando. (SILVA, 2003, p. 35).

De acordo com Sá (2007, p.27), a disponibilidade de recursos que atendam ao mesmo tempo às diversas condições visuais dos alunos pressupõe a utilização do sistema Braille, “[...] e de outras alternativas no processo de aprendizagem”. A aprendizagem do sistema Braille, pelos alunos com necessidades educacionais especiais visuais e também pelos educadores, facilitará e enriquecerá o processo ensino e aprendizagem.

Em consonância, a atitude do educador, em qualquer processo educativo, é decisiva para uma comunicação efetiva e motivadora da aprendizagem. Desse modo, em todas as situações de aprendizagem é importante valorizar as experiências, a estimulação dos sentidos, da descoberta, da iniciativa e da

participação de todos. Usando de códigos de linguagem diferenciados pode-se perceber então, que os alunos com determinado grau de cegueira, via de regra, não têm limitações cognitivas podendo promover pela interação, aprendizagens efetivas.

3.2.1.3 Deficiência física

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's⁶, a deficiência física é caracterizada de acordo com uma variedade de condições que afetam o indivíduo em termos de mobilidade, coordenação motora geral e também de fala causadas por lesões neurológicas, neuromusculares e ortopédicas, e ainda por má-formação congênita ou adquirida, dentre outros.

Para Silva (2003), a escola inclusiva deverá adaptar-se para acolher os alunos com deficiência física de acordo com as necessidades dos mesmos. Estes alunos, com frequência, apresentam um rendimento escolar compatível com as expectativas, desde que o ambiente escolar esteja adaptado e compatível com as necessidades educacionais especiais de cada um individualmente. “O atendimento educacional especializado é uma forma de garantir que sejam reconhecidas e atendidas as particularidades de cada aluno com deficiência” (Brasil, 2004, p.11).

Os alunos com deficiência física devem sempre ser encorajados a enfrentar os desafios diários impostos pela limitação física. O ambiente físico da escola, para a criança com deficiência física, tem que ser acolhedor, sendo imprescindível a garantia de acessibilidade e Inclusão deste aluno diante do respeito e do reconhecimento dos direitos humanos, coletivos e individuais.

3.2.1.4 Portadores de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH)

O diagnóstico de TDAH não é tão simples de ser realizado, uma vez que requer uma observação atenta e minuciosa de pormenores que muitas vezes começam nos primeiros anos de vida da criança e se estendem por toda a vida. Rohde (2003), relata que pela experiência de muitas escolas, há uma certa dificuldade em entender quem é o aluno hiperativo, o que se passa com ele e como incluí-lo no processo da aprendizagem. Mantoan (2003) por sua vez, descreve que há características importantes a serem observadas pelo educador, como forma de

⁶ Disponível no site <http://www.mec.gov.br/seesp/adap.shtm>. Acesso em 15 de fev de 2010.

reconhecer a hiperatividade. Segundo a autora, aluno hiperativo é desatento; não valoriza os detalhes, ou erra por falta de cuidado; apresenta dificuldade em seguir instruções; é desorganizado; geralmente perde ou esquece materiais; distrai-se com facilidade. Outras características que geralmente apresentam nas crianças com TDAH são: fala em demasia; apresenta dificuldade em permanecer sentado; dificuldade em esperar a vez; interrompe e se intromete, dentre outras ações.

De acordo com Silva (2003, p. 78), a hiperatividade “[...] é um dos distúrbios de comportamento mais freqüentes na educação infantil e nas primeiras séries do ensino fundamental”. No processo ensino-aprendizagem, as dificuldades de atenção e a falta de autocontrole, que caracterizam este distúrbio, dificultam a percepção dos estímulos relevantes e principalmente a execução das tarefas propostas.

Pensando na necessidade de educar para a diversidade, a Inclusão de um aluno com hiperatividade na rede regular de ensino, requer por parte dos profissionais da educação, conhecimento sobre o transtorno e sobre os processos individuais de aprendizagem como garantia de implementação de um ensino de qualidade.

3.3. Educação Inclusiva: Formação de Professores e prática docente

Diante da necessidade de educar para a diversidade e tendo em mente a diferenças que caracterizam as necessidades educacionais especiais, faz-se importante a organização da escola e formação docente para efetivação da Inclusão. Nesse sentido, a formação de professores é a base para elevação da qualidade da educação brasileira, na perspectiva da política da educação inclusiva. Silva (2005) argumenta que o professor enfrenta diariamente uma avalanche de informações novas que tornam sua prática nem sempre atualizada. Diante desse contexto, o desafio é aprimorar a profissão docente, que com o passar do tempo não acompanhou as complexas mudanças sociais, políticas e econômicas em virtude da velocidade dos avanços científicos e tecnológicos e do volume de informações novas geradas todos os dias.

De acordo com Aragão (2010), a formação específica e ao mesmo tempo plena dos profissionais que atuam na área da educação, é o aprender e ensinar sempre sob uma perspectiva crítica, permanente e continuada. Silva (2005, p. 24)

ressalta que “[...] há necessidade de aquisições continuadas de saberes, que venham a favorecer respostas às necessidades reais impostas pela ação educativa”.

O professor deve ser capaz de refletir sobre sua própria prática docente e direcioná-la de acordo com os interesses e necessidades dos alunos. Precisa ter segurança quanto ao seu papel, sem esquecer que são agentes culturais e contínuos aprendizes, vindo estabelecer objetivos reais que estejam de encontro aos desejos e necessidades dos discentes. Nesse sentido:

[...] muitas vezes nos esquecemos que o professor é uma pessoa (e não o super-homem), com uma história de vida, concepções próprias, sentimentos, preconceitos, medos etc., oriundos de sua experiência anterior. (SILVA, 2005, p.15)

É importante observar também as necessidades do educador, a realidade do seu cotidiano pessoal e profissional, para que a visão da ação docente seja real e não limitada. Por outro lado, o educador precisa estar consciente de que nem sempre as dificuldades apresentadas pelos alunos conseguem ser resolvidas apenas com intervenções pedagógicas, e que este processo é um dos aliados na busca de estratégias mais adequadas às potencialidades de cada aluno. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s

É preciso desenvolver políticas de valorização dos professores, visando à melhoria das condições de trabalho e de salário, assim como é igualmente importante investir na sua qualificação, capacitando-os para que possam oferecer um ensino de qualidade. Para isso é necessário criar mecanismos de formação inicial e continuada que corresponda às expectativas da sociedade em relação ao processo ensino e aprendizagem [...]. (BRASIL, Disponível em WWW.mec.gov.br/seesp/adap.shtm. Acesso em 15 de fev de 2010.)

Freire (1988), numa mesma visão, traduz a importância do professor se preparar para se tornar realmente um educador, buscando não somente teoria, mas ação-reflexão voltada para um saber contínuo e reflexivo e promovendo um fazer que dialogue constantemente com prática. Entretanto, o próprio Freire (1996) argumenta que o exercício da docência - enquanto teoria e prática - deve estar pautado em uma consciência crítica acerca da realidade, o que requer preparo e que vai além dos cursos de formação e conhecimentos em campos diversos .

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei 9.394/1996), a formação de docentes para atuar na educação básica deverá ser

feita em nível superior, com graduação plena, como formação mínima para o exercício da profissão. Ao encontro à formação acadêmica, com a formação continuada, os educadores aprendem novas metodologias e novas formas de atuarem no contexto escolar, inovando sua prática pedagógica. Quando se trata da Inclusão, a formação do professor é essencial, pois é preciso que estes estejam seguros e preparados para atenderem às especificidades de cada aluno com necessidades educativas especiais. Paulo Freire (2006, p.13), afirma que uma boa formação do professor “[...] deve fornecer uma base sólida quanto à sua capacidade de análise dessas diferenças em qualquer aluno, em qualquer nível da educação básica, bem como nortear a intervenção pedagógica”.

Em consonância, Cortelazzo (2006) ressalta que a educação inclusiva acontece quando há uma formação de professores e os mesmos aprendem sobre as especificidades de cada deficiência, as formas de distúrbios, transtornos, as principais dificuldades e, principalmente entendem o aluno, sua forma de aprender o conhecimento e suas principais necessidades. A educação inclusiva acontece prioritariamente, quando conhecem alternativas que possam atuar para minimizar seus efeitos sobre o processo ensino e aprendizagem dos alunos.

Portanto, ressalta-se a importância do professor conhecer o diagnóstico e o prognóstico dos alunos com necessidades educacionais específicas, conhecendo suas experiências culturais e sociais; pesquisando técnicas, métodos e estratégias para que possam auxiliá-los em seu processo de aprendizagem. Nesse sentido “Estas características vão determinar, inclusive, sua percepção da escola, da matéria, do professor, seu modo de aprender”. (LIBANEO, 1994, p. 114). Silva (2010) acrescenta que a observação e o registro dos alunos e de suas dificuldades significativas ajudam a avaliar com mais critério a prática docente, o que permite adaptá-la a cada aluno em sua individualidade e com mais segurança. Para isso é muito importante planejar bem as atividades que serão desenvolvidas na sala de aula, pois na visão de Souza (2003) é através do planejamento que o professor tem a oportunidade de refletir, repensar e até mesmo de criar uma nova prática de ensino.

Todos os alunos necessitam de processos dinâmicos, orientados por valores que lhe conferem individualidade. Entretanto, a prática pedagógica deve dirigir-se a todos e ser preparada para todos.

Em escolas inclusivas, são atendidas tanto crianças com necessidades educacionais especiais quanto crianças de classe comum, sendo importante neste processo que todos se sintam valorizados e integrados igualmente ao processo educativo. Nesse sentido é importante pensar na formação de todos os professores no ensino regular para lidarem com as necessidades especiais, bem como estando em diálogo com educadores especiais para promoção de troca de experiência e auxílio para consolidação da prática pedagógica. Para o educador, é importante estar ciente de que o processo de educação inclusiva em si - partindo do convívio e trocas de experiências com os alunos com deficiência - é um dos meios mais efetivos para a construção de aprendizagens significativas.

3.4 Transformação dos sistemas educacionais

Desde as culturas mais primitivas até os dias atuais, a história das pessoas com necessidades educacionais especiais se mostra em evolução apesar de que apenas em meados deste século é que estas passam a ter garantidos seus direitos humanos, sociais e econômicos. Silva (2003) relata que no século XX e início deste século muitos foram os avanços alcançados em todo mundo e constituem atualmente um apelo aberto à educação inclusiva. No Brasil, estão entre estes avanços, legislações como: a Constituição Federal (1988) art.208; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN - lei nº 9394 de 1996); a lei dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - lei nº 7853 / 1989; o Decreto nº 3298 / 1999, que regulamenta a lei 7853; e as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica (CNE/2001), dentre outros.

O direito à educação é o primeiro passo para o desenvolvimento de um país. No entanto ainda são muitos os obstáculos enfrentados diariamente pelas pessoas com necessidades educacionais especiais. A educação especial escolar se caracteriza como uma política de justiça social tendo maior enfoque com a Lei nº 9394/96. Embora, na LDB 4.024, de 1961 se defendesse a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais de uma maneira geral, esta se diferenciava da lei atual, pois atendia apenas as pessoas “que se enquadrassem” no sistema e no que fosse possível.

De acordo com o Art. 58 da vigente LDB 9394/96, a Educação Especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para os portadores de

necessidades especiais. Com essa nova LDB, torna-se mais clara a importância do reconhecimento da diversidade como parte do ser humano.

Neste contexto nasce o movimento de Inclusão social mundial. Com um ideal de igualdade de oportunidades educativas, a Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais exige dos atuais sistemas de ensino mudanças significativas tanto na gestão da educação quanto no currículo, de forma a possibilitar aos alunos com necessidades educacionais especiais o acesso às classes comuns. A eliminação de barreiras arquitetônicas, a adaptação do currículo, o desenvolvimento de programas para a formação de professores e a adequação arquitetônica dos prédios escolares para acessibilidade dos alunos, são algumas das transformações necessárias ao sistema educacional para receber estes alunos e efetivar realmente a prática inclusiva, garantindo atendimento à diversidade apresentada pelos mesmos.

De acordo com a Declaração de Salamanca apud SANTANA (2004), o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, dentro das possibilidades, mas sem levar em conta as dificuldades que elas possam ter. A educação inclusiva, expressa nas Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica CNE/2001, prevê o início do atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades especiais já na educação infantil, em creches e pré-escolas. As Diretrizes da Política Nacional de Educação Infantil MEC/2004, prevê uma educação em conjunto com as demais crianças do ensino regular e integrando família e comunidade.

Para Santos (2001), a Inclusão nas escolas tem como objetivo a interação e apoio entre todos, para que se reconheçam e se respeitem, identificando as diferenças individuais em um mesmo ambiente e contexto de aprendizagem e crescimento. A inclusão na visão de Santos (2001) é um processo positivo que leva o ser humano a desenvolver um sentimento de valorização e confiança no outro.

A atual sociedade ainda é lenta em seu processo de Inclusão social, Contudo é possível perceber, em relação ao processo de escolarização dos alunos com necessidades educacionais especiais, que um caminho já se tem trilhado rumo a Inclusão, uma vez que as legislações atuais dão suporte para ações cotidianas nas instituições escolares e nas práticas docentes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história da humanidade, os cidadãos com necessidades educacionais especiais foram alvos de discriminação e de abandono. Entretanto nos últimos anos, várias vitórias foram conquistadas em defesa das pessoas com necessidades educacionais especiais sendo, atualmente amparadas por legislações como a Constituição Federal, a LDB 9294/96 e a Política nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) dentre outras. Nesse sentido, as legislações propõem a obrigatoriedade das pessoas lidarem com as diferenças, levando-as, através dessa obrigação, à reflexão. Dessa maneira, pequenos passos são dados em busca da efetivação da Inclusão para as pessoas com necessidades educacionais especiais, inclusão educacional e social.

Como se observou ao longo da pesquisa, a Inclusão vem se consolidando no cenário brasileiro de forma sistemática e paulatina, tendo grande importância para reconstrução social permeada pelo respeito às diferenças. Nesse processo, observou-se grande importância da educação e de que a perspectiva da escola Inclusiva permeie cada vez mais o processo de escolarização dos alunos com necessidades educacionais especiais, de maneira que sejam entendidos e atendidos diante do conhecimento das especificidades características de sua necessidade. Nesse intuito, é imprescindível que, amparados pelas legislações, as instituições de ensino, ofereçam condições físicas, bem como suporte humano, para efetivação da Inclusão, assumindo grande pertinência, nesse contexto, a formação de professores. Uma vez sensibilizados e aperfeiçoados para a temática da Inclusão, os educadores são sem dúvida, os efetivadores de mudanças, promovendo práticas inclusivas que possibilitem a construção de aprendizagens pedagógicas significativas permeadas pela interação com as diferenças, práticas educativas, que verdadeiramente se estendam para o contexto social.

Como se observou, a temática da Inclusão é de grande relevância tanto para famílias, educadores e principalmente para os sujeitos da Inclusão, sendo relevante para toda a sociedade, pois visa buscar subsídios para uma melhor compreensão das pessoas com necessidades educacionais especiais em suas infinitas possibilidades, promovendo uma revolução nas representações sociais e através disso, a propulsão de ações para redimensionar as práticas educativas e sociais.

5 REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Rosalia Maria Ribeiro de. **Formação de professores: uma pauta de mudanças possíveis.** Disponível em <http://arkheia.incubadora.fapesp.br/portal/materiais-multimedia/todas-disciplinas/materiais/formacao-de-professores-uma-pauta-de-mudancas-possiveis-s>. Acesso em 07/03/2010.

BRASIL. Ministério Público Federal. **O Acesso de Alunos com deficiência nas Escolas e Classes Comuns da Rede Regular.** 2ª ed. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

_____. **Constituição do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, 1994.

_____. **Declaração de Salamanca, e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Trad. de Edilson Alkmim da Cunha. Brasília: CORDE, 1997.

_____. **Parecer CNE Nº 17/2001 - CEB - Aprovado em 3.7.2001.** *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.*

_____. Ministério da Justiça. **Decreto nº 3.298**, de 20 de dezembro de 1999. (Lei que regulamenta a Lei nº 7.853/89).

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação especial.** Brasília: MEC, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes da Política Nacional da Educação Infantil.** Brasília: MEC, 2004.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** LDB 4.024, de 1961.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** LDB 5692, de 1971.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Disponível em WWW.mec.gov.br/seesp/adap.shtm. Acesso em 15 de fev de 2010.

_____. Ministério da Educação . **Política Nacional de Educação na perspectiva da escola inclusiva**. 07 de Janeiro de 2008.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.

CORREA. M.A.M, apud FREITAS, Soraia Napoleão. Representações e Paradigmas em Educação Especial. In.SILUK, Ana Cláudia Pavão. **Curso de Especialização à distância em Educação Especial: déficit cognitivo e educação de surdos: módulo 1**. Santa Maria: UFSM, CE, 2008.

CORTELAZZO, I. B. C. **Portadores de necessidades especiais, docência e tecnologias: como vencer a exclusão?** Curitiba, UTP, 2006.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. 8ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1972.

DUTRA, Claudia Pereira. Secretária de Educação Especial. **Revista da Educação Especial** – Revista de Inclusão nº 01.Out/2005. Disponível no site <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>. Acesso em 15 de jan. de 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. 20ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

INEP. EFA 2000. **Educação para todos: avaliação do ano 2000, informe nacional, Brasil**. Brasília: MEC/INEP, 1999.

LIBANEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LOURENZETTO, Arlete. **O Processo de Inclusão dos Deficientes**. http://www.fortium.com.br/faculdedefortium.com.br/wilson_costa/material/4669.pdf. Acesso em 06 de jan. de 2010.

MANCORDA, Mário Alighiero. **História da Educação da Antiguidade aos Nossos Dias**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MANTOAN, M.T.E. **Todas as crianças são bem vindas à escola**. Texto site Grupo Escola Inclusiva, Educação para todos. São Paulo: UNICAMP, 2003. Disponível no site http://mp.m.gov.caops/caop_/pd/doutrina/grupoeducação_inclusiva.pdf.

_____. **A hora e a vez da educação inclusiva**. Revista Educação e Família. Edição 5, Ano I, Junho de 2006.

MENDES, E. G. **Deficiência mental**: a construção científica de um conceito e a realidade educacional. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

PAULA, Ana Rita de. **Educação inclusiva**: um guia para o professor . São Paulo: SORRI-BRASIL, 2006.

PIAGET, J. **O nascimento da inteligência na criança**. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ROHDE, Luiz Augusto et al. **Princípios e práticas em TDAH** (transtorno de déficit de atenção/hipertividade). Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

SÁ, Elizabet Dias de, et al. **Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado**: Deficiência visual. SEESP / SEED / MEC Brasília/DF: Editora Cromos, 2007.

SALVADOR, Ângelo D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. 10º Ed. Porto Alegre: Sulina, 1982.

SANTANA, Cláudia Gutierrez. **A arte e a Educação Inclusiva**: uma possibilidade real. Curitiba: IESPE, 2004.

SANTOS, Rosangela Pires dos. **Educação Inclusiva**. São Paulo: iEditora, 2001.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 5ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

_____, Romeu Kazumi. **Integração e Inclusão: do que estamos falando?** Temas sobre Desenvolvimento, v.7, n.39. 1998.

SILVA, Maria Odete Emygdio da. **Necessidades Educativas Especiais: da identificação à observação**. Disponível no site: santos.jam1.googlepages.com/NECESSIDADESEEDUCATIVASESPECIAISDAIDE.pdf Acesso em 15 de Mar.de 2010.

SILVA, Maria de Fátima Minetto Silva. **Currículo Estruturado: implementação de programas pedagógicos**. Curitiba: IESDE, 2004.

_____. **Diversidade na aprendizagem das pessoas com necessidades especiais**. Curitiba: IESDE, 2005.

SOUZA de Cássia. **Conflitos também ensinam**. Nova Escola. São Pulo, n. 168, p. 16-17, dez. 2003.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1988

WERNECK, C. **Muito prazer, eu existo: um livro sobre as pessoas com Síndrome de Down**. 4ªed. rev. Rio de Janeiro: WVA, 1995.